

Federação do Comércio de Bens, Serviços
e Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do
Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC
Julho de 2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	6
ANÁLISE NAS CIDADES.....	8
METODOLOGIA	13

SUMÁRIO EXECUTIVO

A pesquisa de endividamento e inadimplência dos consumidores catarinenses (PEIC-SC) de Julho de 2021 mostra a continuidade da trajetória de redução do número das famílias endividadas, também acompanhada da melhora do indicador de inadimplência- ambos os indicadores alcançaram no mês o menor patamar da série histórica iniciada em janeiro de 2013. Assim, a taxa de endividamento recuou 4,75 pontos percentuais (p.p) na passagem do mês, ao situar-se em 40,8%. No campo da inadimplência, a taxa retrocedeu pelo segundo mês consecutivo e encerrou o mês em 7,65%.

A alteração no perfil do endividamento em Santa Catarina pode ser reflexo do movimento precaucionário de liquidação de dívidas, que concentrou-se principalmente na redução expressiva na proporção de famílias que apresentam o nível “muito endividado” e “pouco endividada”. Além disso, a melhora dessas percepções pode ser atribuída às medidas de ampliação da renda, como os auxílios emergenciais e o adiantamento do 13º salário aos beneficiários do INSS e dos servidores estaduais. Ainda, a recuperação do mercado de trabalho formal, ao criar mais 126 mil novas vagas no primeiro semestre de 2021, reforçou a renda das famílias catarinenses.

Notam-se também dois cenários distintos. Por um lado, ocorre uma ampliação na dificuldade das famílias em saldar as contas, reforçado pela ampliação no grupo de famílias que se encontram no nível de endividamento “Mais ou menos endividado” e pelo aumento na dívida com cartão de crédito e empréstimos consignados, modalidades associadas ao consumo imediato e de curto prazo. Nesse sentido, as famílias catarinenses estão reforçando a renda por meio do crédito extra. O fato que pode estar afetando a renda das famílias é a aceleração dos níveis de preços, especialmente, nos itens das principais despesas das famílias, como a alimentação no domicílio e a energia elétrica residencial que acumula alta em 12 meses de 15,30% e 14,20%, respectivamente.

De outro lado, houve ampliação do endividamento em virtude do consumo de bens duráveis mediante o financiamento de carro e casa. Apesar da ampliação da taxa Selic no ano, passando de 2% para 4,25% ao ano, que resulta no aumento do custo de captação das instituições financeiras, que tendem a repassar aos consumidores, as taxas de juros de mercado levam um período mais longo para se adaptarem ao novo cenário, por isso, os consumidores podem estar adiantando o consumo desses itens para evitar taxas de juros maiores. Ainda, a pandemia elevou o tempo de comprometido com o endividamento em cerca de um mês. Além disso, a parcela de renda comprometida dos entrevistados mantém-se em níveis alto o atingir 33% da renda média das famílias, ainda o comprometimento da renda acima dos 50% permanece em movimento de alta e alcança o maior da série histórica comparado a igual período dos anos anteriores.

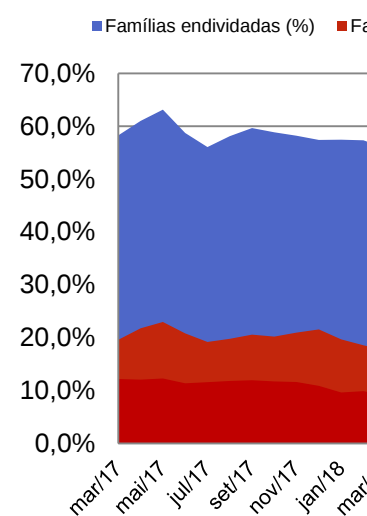
Famílias endividadas atinge o menor patamar da série histórica em Santa Catarina

Síntese dos resultados					
Situação da família	Meses				
	jul/20	jan/21	mar/21	jun/21	jul/21
Total de endividadas	41,3%	42,3%	42,1%	45,6%	40,8%
Dívidas ou contas em atraso	10,6%	10,7%	10,1%	9,9%	7,6%
Não terão condições de pagar	5,3%	4,4%	4,6%	3,1%	2,5%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

As famílias endividadas em Santa Catarina, após encerrar o primeiro semestre de 2021 no maior nível do ano (45,6%), reduz 4,75 pontos percentuais (p.p) na passagem do mês e atinge o menor patamar da série histórica iniciada em janeiro de 2013, ao situar-se em 40,8% em julho. No comparativo com o mesmo período do ano anterior, o resultado é similar, com leve diminuição de 0,5 p.p. Nota-se que desde o início da crise sanitária no Estado ocorre movimento de redução na quantidade de famílias endividadas na comparação com os anos anteriores. Em 2020, a média alcançou 45,43%, resultado abaixo da média de 2018 (55,2%) e 2019 (54,4%). Esse movimento de mínima histórica também é acompanhado na quantidade de famílias inadimplentes (7,6%) e das que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso (2,5%).

Síntese dos resultados desde fevereiro de 2017



Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC
Julho de 2021

Em
às
relação

faixas de renda, às famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM) interrompeu tendência de alta que permanecia desde dezembro de 2020 (41,77%) e alcança o menor patamar do ano ao encerrar julho em 41,86%, queda de 5,6 p.p frente ao mês anterior. Já para as famílias com renda acima de 10 SM, a proporção do endividamento chegou a 35,19% no mês, diminuição de 1,7 p.p na passagem mensal, queda pelo terceiro mês consecutivo.

O endividamento não pode ser avaliado como algo necessariamente negativo, pois se deve entender que qualquer tipo de compromisso financeiro acordado para o futuro é considerado uma dívida. Portanto, o endividamento das famílias também expressa o aquecimento do consumo e as condições financeiras da economia em relação ao crédito, através de intrincadas relações com variáveis de renda, emprego, poupança e crescimento econômico presente e esperado, ao que se deve comparar o perfil do endividamento para entender sua relação com a demanda e as capacidades de pagamento.

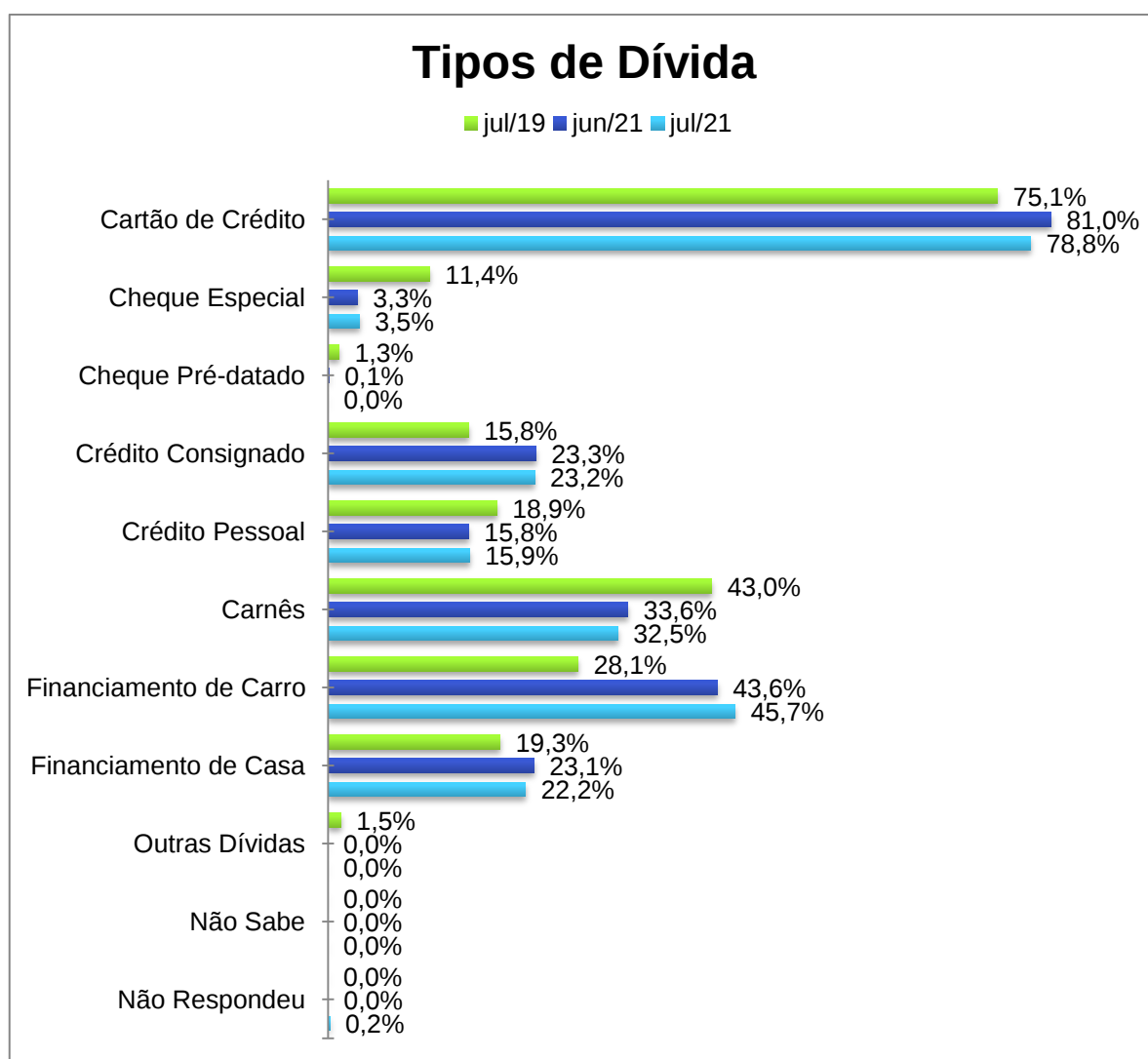
Percepção do nível de endividamento					
Categoria	jul/20	jan/21	mar/21	jun/21	jul/21
Muito endividado	5,1%	6,5%	6,2%	6,0%	5,2%
Mais ou menos endividado	20,3%	21,6%	22,0%	24,7%	22,1%
Pouco endividado	16,0%	14,3%	13,9%	14,9%	13,6%
Não tem dívidas desse tipo	58,4%	57,7%	57,9%	54,4%	59,2%
Não sabe	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. O reflexo da diminuição da quantidade de famílias endividadas também é verificado em todas as percepções do nível de endividamento, sobretudo, para o grupo pouco endividado, que chegou ao menor nível desde o início da série histórica no comparativo com igual período, ao situar-se em 13,6%, queda de 1,4 p.p em relação ao mês anterior. O grupo de famílias mais ou menos endividadas encerrou trajetória de crescimento que perdurava desde dezembro de 2020 ao atingir 22,1% dos entrevistados, queda de 2,6 p.p na passagem do mês. Já as famílias que se encontram na categoria muito endividada, houve redução de 0,8 p.p alcançou o menor valor de 2021 e o segundo menor desde o início da crise, ao situar-se em 5,2%.

Em relação aos tipos de dívida dos catarinenses, o cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores e alcança 78,8% dos entrevistados. Apesar da redução de 2,2 p.p na passagem do e após atingir o pico da série histórica iniciada em 2013 no mês anterior, com 81,0% dos entrevistados citando essa modalidade, o resultado do mês de julho é o segundo maior da série. Esse é um sinal de alerta ao orçamento das famílias catarinenses, sobretudo, pela magnitude da taxa média

do cartão de crédito rotativo e parcelado, que alcançou em junho o patamar de 327,48 % a.a e 165,65 a.a., respectivamente.

Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. Para ambas as faixas de rendas houve diminuição frente ao mês anterior, com destaque para a evolução de 3,8 p.p no grupo de faixa maior (83,1%) e de 2,8 p.p na faixa menor (76,2%). O crédito consignado, apesar de permanecer estável na passagem do mês, permanece com patamar elevado, o 4º maior da série histórica, ao representar 23,2% dos entrevistados. Nesse sentido, as famílias catarinenses estão reforçando a renda por meio do crédito extra, assim, ampliando o nível de endividamento. O fato que pode estar afetando a renda das famílias é a aceleração dos níveis de preços, especialmente, nos itens das principais despesas das famílias, como a alimentação no domicílio e a energia elétrica residencial que acumula alta em 12 meses de 15,30% e 14,20%, respectivamente.



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

Com maior liquidez e juros relativamente baixos, o financiamento de carros segue trajetória de alta desde abril do ano corrente, ao avançar 2 p.p em relação ao mês

anterior e atinge o maior nível da série histórica, ao encerrar o mês sendo citado por 45,7% dos entrevistados. Do lado do financiamento de casa, embora tenha diminuído frente ao mês anterior, passando de 23,1% para 22,1%, o resultado mantém-se em níveis elevados ao comparar com os anos anteriores (média em 2018 foi de 20,68%, 2019 de 18,99% e 2020 de 18,06%). Apesar da ampliação da taxa Selic no ano, passando de 2% para 4,25%, resultando no aumento do custo de captação das instituições financeiras que tendem a repassar aos consumidores, as taxas de juros de cobradas pelos bancos levam um período mais longo para se adaptarem ao novo cenário, por isso, os consumidores podem estar adiantando o consumo para esses itens para evitar taxas de juros maiores. A taxa média de juros das operações de crédito para pessoas físicas no Financiamento imobiliário alcança em média entre janeiro e junho de 2021, 7,6% ao ano, valor inferior aos resultados médios de 2020 (7,8%) e 2019 (9,0%). Enquanto, a taxa média de juros das operações de crédito de pessoas físicas na aquisição de veículos apresentou elevação no ano comparada à média de 2020, passando de 19,3% para 20,8%. O Cheque pré-datado, Cheque especial e Outras Dívidas continuam sendo as fontes menos usadas.

O tempo de comprometimento permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 10 meses em média em julho, resultado similar ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo. Após atingir a máxima histórica em maio (69,4%), desde março de 2013, o comprometimento acima de 1 ano representou em julho 67,8% e permanece sendo o perfil da maioria dos entrevistados, inclusive esse patamar é superior aos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%).

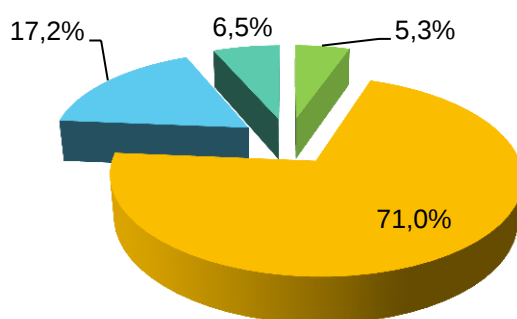
Do lado do tempo de comprometimento com dívida de até 3 meses, embora ocorra redução no percentual de famílias ao analisar a média dos anos anteriores (2018 – 13,03%; 2019 – 13,53%; 2020 – 11,20%), o resultado do mês de junho reforça o movimento de alta que mantém-se desde abril, com acréscimo de 0,9 p.p na passagem do mês. Esse é um sinal da elevação do endividamento de curto prazo e pode estar vinculado ao cartão de crédito, que também apresenta elevação.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	jun/21			jun/21		
	total - %	total - %	total - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	10,8%	9,5%	18,4%	11,7%	9,5%	18,4%
entre 3 e 6 meses	4,8%	5,4%	2,2%	5,0%	5,4%	2,2%
entre 6 meses e 1 ano	12,0%	14,3%	5,8%	11,9%	14,3%	5,8%
por mais de um ano	68,3%	66,3%	71,9%	67,8%	66,3%	71,9%
Não sabe / Não respondeu	4,1%	4,7%	1,8%	3,6%	4,7%	1,8%
Tempo médio em meses	10,1	10,1	9,7	10,0	10,1	9,4

A parcela da renda das famílias comprometida com dívidas ficou estável no mês de julho (32,9%), após alcançar no mês anterior (33%) o patamar máximo, desde o início da série histórica (janeiro de 2013). A tendência de crescimento, segundo os entrevistados, alcança também o comprometimento de renda acima de 50%, que cresceu 6,4 p.p entre janeiro e julho de 2021, passando de 11,2% para 17,2% dos entrevistados. Esse resultado é o maior da série histórica na comparação com igual período anterior e indica maior comprometimento da renda das famílias desde o início da pandemia.

Parcela da renda comprometida com dívida

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



Ainda, 71,0% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, nível equivalente para as faixas de rendas abaixo de 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.

ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, retrocedeu pelo segundo mês consecutivo, e renovou em julho o menor nível da série histórica, ao situar-se em 7,65%, diminuição de 2,29 p.p na passagem do mês. Esse valor é menor que a média do segundo semestre (10,7%) e à média do primeiro semestre (16,8%) do ano de 2020. A melhora dessas percepções pode ser atribuída à medida de manutenção de emprego e renda, o auxílio emergencial e as ações do sistema financeiro. Em relatório de estabilidade financeira, divulgado pelo Banco Central do Brasil, indica que as instituições financeiras estão controlando a inadimplência com base em “massivas campanhas de prorrogação e renegociação de dívidas e pela maior seletividade nas novas operações”.

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 9,05% dos entrevistados desse grupo de renda, mas apresentou a maior queda dentre os grupos, ao diminuir 3,06 p.p. na passagem do mês. Do outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 2,69%, queda de 0,71 p.p em relação ao mês anterior. Em sentido equivalente, houve redução de 0,6 p.p das famílias que informam não ter condições de pagar suas dívidas, passando de 3,1% para 2,5%.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	jun/21			jun/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	42,7%	34,2%	73,8%	42,2%	32,4%	84,0%
sim, em parte	22,4%	26,5%	12,6%	23,1%	27,3%	10,1%
não terá condições de pagar	31,4%	35,6%	13,7%	32,6%	38,1%	5,9%
não sabe	3,5%	3,6%	0,0%	2,1%	2,2%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	3,1%	4,3%	0,5%	2,5%	3,4%	0,2%

Ainda dentre as famílias inadimplentes, 32,6% delas indicaram não ter condições de pagamento, nível menor que o indicador do início de 2021, onde 40,9% das famílias afirmam essa condição. Nesse mês, a maioria dos entrevistados (42,2%) afirmaram que têm totais condições de pagar as dívidas em atraso, tendência equivalente à apresentada no mês anterior.

Outra alteração considerável no perfil das contas em atraso dos catarinenses se refere ao tempo do pagamento em atraso, que apresentou durante a crise uma melhoria significativa nos prazos relacionados ao pagamento das contas em atraso, à média se reduziu de 69,4 dias em março de 2020 para 50,5 dias em julho de 2021. Neste mês a média de que as famílias levam para pagar as dívidas em atraso, voltou a se ampliar em 1,6 dias, após ter auferido mínima histórica no mês anterior (48,9 dias).

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	jun/21			jul/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	44,1%	38,0%	61,2%	41,4%	36,8%	58,0%
de 30 a 90 dias	25,7%	29,8%	12,6%	27,4%	28,0%	26,0%
acima de 90 dias	29,4%	31,1%	26,2%	30,5%	34,3%	16,0%
Não sabe / Não respondeu	0,8%	1,0%	0,0%	0,7%	0,9%	0,0%

Tempo médio em dias	48,9	52,1	40,3	50,5	53,7	38,7
----------------------------	------	------	------	------	------	------

Existe uma diferença considerável na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (38,7 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 53,7 dias.

ANÁLISE NAS CIDADES

A variação no número de famílias endividadas, apesar de apresentarem patamares diferentes nas cidades pesquisadas, se expressou de maneira homogênea na passagem do mês. O viés de redução no endividamento observada ao nível estadual se observou em todas as cidades, com destaque para a redução em Chapecó (-11,0 p.p) e Blumenau (-8,9 p.p).

Situação das Famílias	Julho			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	33,3%	29,9%	41,8%	50,9%
Dívidas ou contas em atraso	2,8%	2,8%	9,1%	14,3%
Não terão condições de pagar	0,3%	1,4%	3,6%	5,1%

Do lado das famílias inadimplentes a trajetória de queda também é verificada nas cidadãs, exceto em Joinville que teve estabilidade entre junho e julho. As maiores quedas foram em Blumenau e Chapecó de 4,7 p.p e 2,8 p.p, respectivamente. Ainda, Florianópolis permanece sendo a cidade com maior índice de inadimplência (14,3%) dentre os municípios pesquisados. Esse movimento de redução também foi apresentado para as famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas em três cidades pesquisadas, sobretudo para a cidade de Florianópolis que apresentou queda de 1,1 p.p. Por outro lado, Joinville não apresentou variação na quantidade das famílias que não terão condições de pagar suas dívidas.

Nível de endividamento	Julho			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	2,4%	3,4%	5,7%	7,7%
Mais ou menos endividado	22,9%	23,6%	30,6%	10,7%
Pouco endividado	8,0%	2,8%	5,5%	32,5%
Não tem dívidas desse tipo	66,7%	70,1%	58,2%	49,1%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação a percepção de endividamento, observa-se em julho também movimentos variados entre as cidades. Entretanto, ao analisar a composição dos grupos do nível de endividamento, observa-se concentração das famílias na faixa “mais ou menos endividadas” nas cidades pesquisadas entre 22% e 30% exceto em Florianópolis que o grupo diminuiu para 10,7%. Ainda, a cidade de Florianópolis destoa das demais cidades da pesquisa, ao concentrar uma grande parte das famílias na percepção “pouco endividadas”. Além disso, na passagem do mês, todas as quatro cidades tiveram queda no nível “Mais ou menos endividado”, sobretudo, em Chapecó (-8,8 p.p) e Blumenau (-5,6 p.p). Nota-se que no grupo muito endividado, as cidades de Joinville e Florianópolis apresentaram crescimento na margem, enquanto Chapecó (-0,7 p.p) e Blumenau (-3,4 p.p) tiveram movimentos de queda.

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual. Ainda, e em trajetórias igual ao nível estadual, em julho todas as cidades diminuíram as dívidas no cartão de crédito na passagem do mês, com destaque para forte queda de Joinville (-7,2 p.p) e Florianópolis (-3,4p.p), exceto Chapecó que ampliou 11,2 p.p na passagem do mês. O financiamento de carro, que avançou em patamar Estadual, reduziu em apenas uma das cidades pesquisadas (Chapecó). Do lado do financiamento de casas, o movimento foi inverso, houve crescimento apenas em Blumenau (+ 5,6 p.p) e redução nas demais cidades, especialmente em Chapecó (-10,6 p.p) e Joinville (-2,7 p.p). Nota-se também que Florianópolis diverge das demais cidades na pesquisa no âmbito do crédito consignado e crédito pessoal por apresentar nível bem menor de famílias com esse tipo de dívida.

Tipo de dívida	Julho			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	85,18%	81,40%	74,19%	77,56%
Cheque especial	2,12%	1,55%	5,04%	3,87%
Cheque pré-datado	0,00%	0,00%	0,00%	0,17%
Crédito consignado	18,01%	35,65%	34,40%	9,01%
Crédito pessoal	19,94%	12,40%	25,75%	2,42%
Carnês	27,52%	26,35%	40,45%	30,19%
Financiamento de carro	63,04%	59,70%	50,93%	18,54%
Financiamento de casa	31,54%	15,50%	24,20%	14,71%
Outras dívidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,51%	0,17%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas em todos os municípios a resposta preponderante é “dívidas por mais de um ano” e na passagem para janeiro isso deixou de ser aplicável para o caso de Florianópolis, onde as dívidas de curto prazo (até 3 meses, 32,7%) tornaram-se a resposta mais citada, situação que se reverteu em abril e permanece em maio, retomando a predominância das dívidas de longo prazo (acima de 1 ano, 37,73%). Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa. Ainda, as dívidas acima de um ano, depois de apresentar movimento de crescimento no mês junho em todas as cidades da pesquisa, reverteu a trajetória com queda em três municípios, com destaque para a redução de 2,9 p.p em Joinville e 1,8 p.p em Chapecó, por outro lado, Blumenau que apresentou crescimento de 3,9 p.p na passagem do mês. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos três meses de 2021, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 7 meses.

Julho				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	6,22%	1,55%	3,52%	30,38%
Entre 3 e 6 meses	0,00%	0,00%	1,01%	16,13%
Entre 6 meses e 1 ano	11,68%	6,20%	10,13%	16,77%
Por mais de um ano	81,05%	87,60%	77,24%	36,72%
Não sabe / Não respondeu	1,06%	4,65%	8,10%	0,00%
Tempo médio em meses	11,0	11,6	11,2	7,1

A desagregação dos dados relacionados à inadimplência demonstra movimentos divergentes por cidade. No mês passado, a cidade de Florianópolis apresentou o maior tempo médio de atraso, apesar de permanecer estável na passagem do mês, perdeu essa colocação para Chapecó, que obteve forte acréscimo de 14,77 dias, passando de 47,7 para 62,5 dias. Do outro lado, as cidades de Joinville e Blumenau apresentaram estagnação no tempo médio na passagem do mês.

Julho				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	66,79%	16,67%	44,09%	27,38%
De 30 a 90 dias	11,07%	50,00%	22,86%	36,82%
Acima de 90 dias	22,14%	33,33%	31,01%	35,80%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	2,04%	0,00%
Tempo médio em dias	36,6	62,5	49,2	58,4

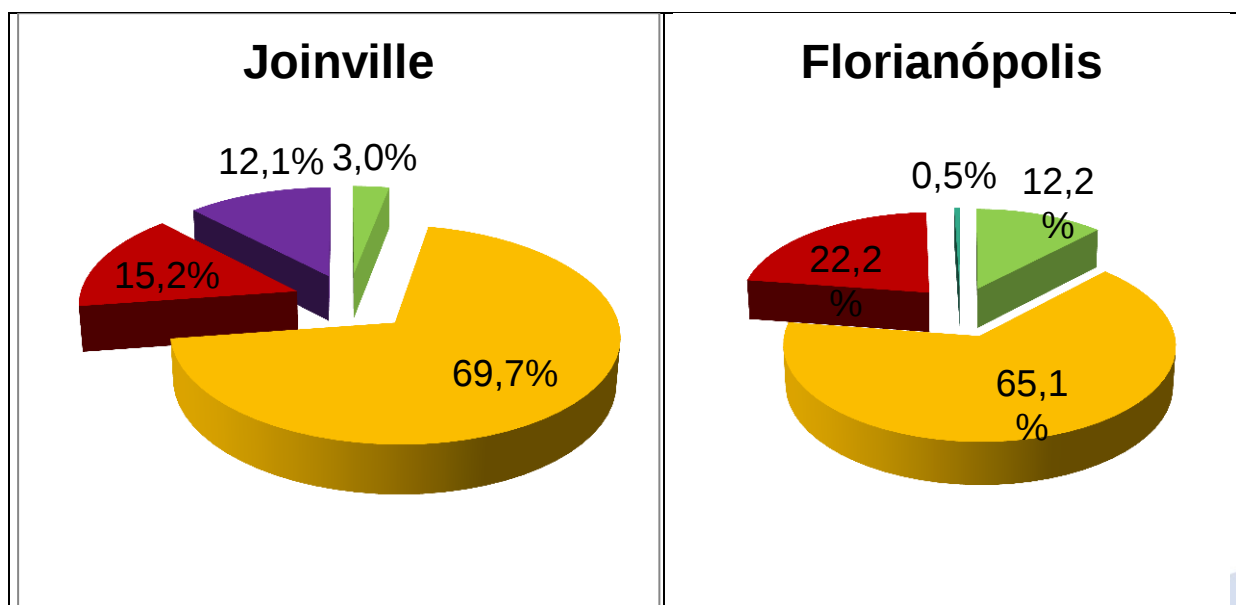
As condições de pagamento das dívidas em atraso se distribuíram de maneira diferente entre as cidades analisadas. Chapecó e Joinville seguem movimento do mês anterior ao concentrarem o maior grupo de respostas das famílias na condição total de pagamento Por outro lado, a maioria dos entrevistados indica que não terão condições de pagar suas dívidas nas cidades de Chapecó e Florianópolis.

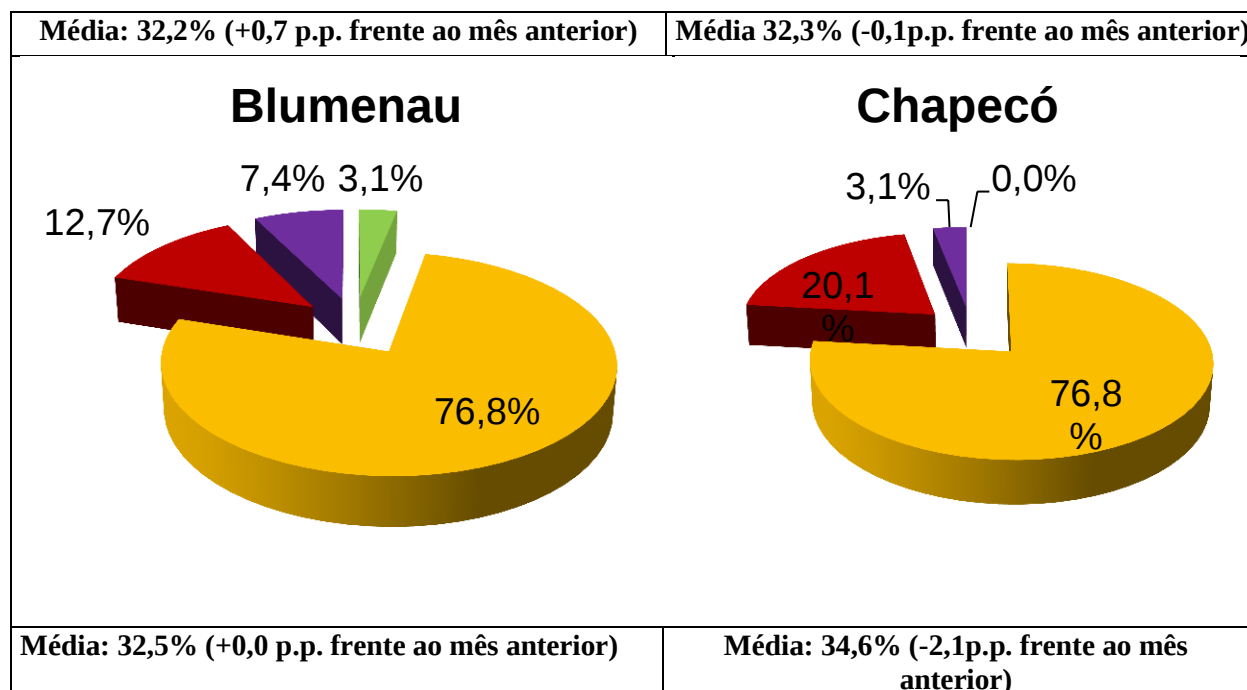
Julho				
Condições de pagamento das dívidas em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Sim, totalmente	66,79%	16,67%	40,44%	34,40%
Sim, em partes	22,14%	16,67%	20,39%	29,84%
Não terá condições de pagar	11,07%	50,00%	39,17%	35,77%
Não sabe	0,00%	16,67%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

O comprometimento da parcela de renda em Santa Catarina, que permaneceu estável em nível estadual, apresentou divergência nas cidades analisadas, negativo em duas cidades, com destaque de maior intensidade de queda em Chapecó (-1,2 p.p.) e a alta em Joinville (+0,7 p.p.). Já em Florianópolis e Blumenau, na passagem do mês, ficaram estáveis na média de renda comprometida com dívida.

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu





Por fim é importante notar que em todas as cidades analisadas o comprometimento médio da renda se encontra acima dos 30%, além disso, se observa, ainda, o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda nas cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Chapecó (20,1%) e Florianópolis (22,2%).

METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.